



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA

ATA DA 132.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Plauto Miró Guimarães.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Nilton César, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 190/91

Senhor Presidente.

Solicito junto à Mesa desta Casa de Leis, justificativas à minha ausência na Sessão Ordinária do dia 27 de novembro, em função das atividades marcadas da Comissão

Especial que averigua os conflitos fundiários no Município de Pinhão.

Neste dia, serão tomados os depoimentos de pessoas que tiveram suas casas, queimadas e sofreram atentados, bem como autoridades locais e os acusados de patrocinar a violência.

Certo de contar com vossa colaboração, despeço-me.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) OVIDIO CONSTANTINO

OFÍCIO Nº 191/91

Senhor Presidente.

Solicito junto à Mesa desta Casa de Leis, justificativas à minha ausência na Sessão Ordinária do dia 28 de novembro, em virtude de minha participação no I Congresso do Partido dos Trabalhadores, dias 27 de novembro a 1º de dezembro, em São Bernardo do Campo-SP.

Certo de poder contar com vossa colaboração, despeço-me.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 533/91, que prorroga o prazo de que trata o art. 7º da Lei Complementar nº 56 de 18/02/91, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 1º da Lei Federal nº 8214 de 24/07/91 até o dia 01/05/92.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 3246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 075/91.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 3247

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando atribuições regimentais, REQUEREM, a imediata reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 062/91, que autoriza a realização de plebiscito para que a respectiva população decida

sobre a criação do Município de Centro Novo, tendo em vista a Emenda Modificativa Corretiva apresentada pelos autores.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(aa) JOÃO ARRUDA

ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 3243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3243/A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no § 2° do art. 175, do Regimento Interno, REQUER, a realização de uma Sessão Extraordinária trinta (30) minutos após a Sessão Ordinária, para a apreciação em 2ª discussão do Projeto de Lei n° 532/91, que concede um abono de Cr\$ 42.000,00, aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 3245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pela Constituição Estadual, art. 62, § 1°, combinado com art. 27, do Regimento Interno e, considerando a tradição desta Casa, seja procedido o recálculo dos componentes das Comissões Técnicas, em razão da alteração substancial havida nos Quadros Partidários recentemente, o que trás como consequência a necessidade de revisão, para a correta representatividade proporcional, fruto do princípio da gestão colegiada democrática dos Parlamentos.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO N° 3248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Estela Cassab Lacerda, ocorrido no dia de ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Membro da tradicional família paranaense, foi vítima de lamentável acidente, ocorrido no dia 26 do corrente e seu passamento vem deixar uma lacuna difícil de ser preenchida, não só entre seus familiares mas entre o vasto círculo de amizade que pela sua bondade soube granjear no decurso de sua vida.

REQUERIMENTO N° 3242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transformado em sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, o teor das Emendas (xerox anexo), apresentadas aos Projetos de Lei n°s 521, 528 e 505/91, sobre o abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) ao funcionalismo no mês de novembro, solicitando seja determinado estudo para ampliar idêntica importância no mês de dezembro de 1991.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

EMENDA

Ao Projeto de Lei n° 521/91

SÚMULA: Altera a redação do Artigo 1° do Projeto de Lei n° 521/91, oriundo da Mensagem Governamental n° 115/91.

O Artigo 1° do Projeto de Lei n° 521/91 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei n° 9.663, de 16 de julho de 1991, exceto os servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que serão tratados em Lei, separadamente, fica concedido, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal.

Sala das Sessões, 25.11.91

(a) DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A concessão do abono de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) tem sido alvo de críticas e até repúdio, por representar uma concessão "filantrópica" do governo ao funcionalismo. Nada representa em termos de recuperação das perdas, nem melhora o poder real do salário dos funcionários.

Concedido para vigorar apenas um mês, seria aceitável e justo se fosse um reforço emergencial, até que se estabeleça a situação definitiva. Não é o caso, pois o reajuste a ser anunciado, certamente não recupera a defasagem e somente será aplicado em janeiro.

Para corrigir esse caráter absurdo dado ao abono é que estamos propondo que sua vigência ocorra também em dezembro. Somente dessa maneira o abono deixa de ser uma concessão filantrópica.

É bom lembrar, que neste ano os servidores do Paraná tiveram apenas 20% de aumento, contra uma inflação que mensalmente já ultrapassa a esse índice, acumulando perdas para o funcionalismo que passam dos 380% número jamais visto em nosso Estado.

Ainda que a Emenda ora proposta seja passível do veto governamental, tem sua validade como prova de que esta Casa está, como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria do funcionalismo. E fica como alerta, pois todo o trabalhador mal remunerado não tem condições de prestar um bom serviço e nisto todo o Paraná sai prejudicado.

Em última análise, aprovada esta Emenda, temos absoluta certeza que a sensibilidade do Senhor Governador fará acolhê-la, mesmo porque, estamos seguramente informados que a arrecadação estadual teve aumento substancial nos últimos meses.

EMENDA

Ao Projeto de Lei nº 528/91

SÚMULA: Altera a redação do Artigo 1º da Lei nº 528/91 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 528/91 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal, aos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 25.11.91

(a) DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vale a justificativa apresentada à Emenda ao Projeto de lei nº 521/91, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 115/91. Pois, os motivos, os argumentos e as razões são os mesmos.

EMENDA

Ao Projeto de Lei nº 505/91

SÚMULA: Altera a redação do Artigo 1º do

Projeto de Lei nº 505/91 de autoria da Procuradoria Geral da Justiça.

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 505/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Aos servidores ativos e inativos e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 1991, um abono previsto no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

Sala das Sessões, 25.11.91

(a) DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vale a justificativa apresentada à Emenda ao Projeto de Lei nº 521/91, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 115/91. Pois, os motivos, os argumentos e as razões são os mesmos.

EMENDA

Ao Projeto de Lei nº 521/91

SÚMULA: Altera a redação do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 521/91, oriundo da Mensagem Governamental nº 115/91.

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 521/91 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Aos servidores públicos, civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, exceto os servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que serão tratados em Lei, separadamente, fica concedido, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal.

Sala das Sessões, 25.11.91

(a) DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A concessão do abono de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) tem sido alvo de críticas e até repúdio por representar uma concessão "filantrópica" do Governo ao funcionalismo. Nada representa em termos de recuperação das perdas, nem melhora o poder real do salário dos funcionários.

Concedido para vigorar apenas um mês, seria aceitável e justo se fosse um reforço emergencial, até que se estabeleça a situação definitiva. Não é o caso, pois o reajuste a ser anunciado, certamente não recupera a defasagem e somente será aplicado em janeiro.

Para corrigir esse caráter absurdo dado ao abono é que estamos propondo que sua vigência ocorra também em dezembro. Somente dessa maneira o abono deixa de ser uma concessão filantrópica.

É bom lembrar, que neste ano os servidores do Paraná tiveram apenas 20% de aumento, contra uma inflação que mensalmente já ultrapassa a esse índice, acumulando perdas para o funcionalismo que passam dos 380% número jamais visto em nosso Estado.

Ainda que a Emenda ora proposta seja passível do veto governamental, tem sua validade como prova de que esta Casa está, como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria do funcionalismo. E fica como alerta, pois todo o trabalhador mal remunerado não tem condições de prestar um bom serviço e nisto todo o Paraná sai prejudicado.

Em última análise, aprovada esta Emenda, temos absoluta certeza que a sensibilidade do Senhor Governador fará acolhê-la, mesmo porque, estamos seguramente informados que a arrecadação estadual teve aumento substancial nos últimos meses.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 553/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito a punição determinada, pelo Senhor Governador, aos Servidores Públicos que não assinaram o Ponto no dia da manifestação de protesto realizada em 26 do corrente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva dar cunho eminentemente democrático.

Tomando como referência o universo geral dos funcionários públicos do Estado que ao longo do exercício de 1991, tiveram apenas 20% de aumento, contra uma inflação que mensalmente já ultrapassou esse índice, acumulando perdas para o funcionalismo que passam dos 380%, número jamais visto no Estado do Paraná.

O desconto anunciado pelo Senhor Governador, de um dia de greve, mais três dias de suspensão para quem não assinou o ponto da paralisação, totalizará na verdade, seis dias incluindo o final de semana. Essa medida ao nosso ver, ficará configurada como um verdadeiro retrocesso democrático e social, pois que fere frontal-

mente a Constituição, o Estatuto do Funcionalismo Público e a Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

Com efeito, a técnica atuarial contemporânea ensina que no regime democrático é perfeitamente admissível a paralisação especialmente no caso atual do funcionalismo do Estado que vive uma situação de penúria.

Finalmente, entendemos ser esta Proposição de uma abordagem humanística.

PROJETO DE LEI Nº 554/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "LAR ROSAS UNIDAS", com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.91.

(a) ELIO RUSCH

Apoio: João Arruda, Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti, Costenaro Neto, Neivo Beraldin e Alceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública vem promovendo a assistência ao idoso carente de Marechal Cândido Rondon, e com isso vem prestando relevantes serviços à comunidade rondonense.

Em reconhecimento aos serviços prestados, desinteressadamente aos idosos carentes, foi declarada de Utilidade Pública, em âmbito municipal pela Lei nº 1773, de 14 de julho de 1988, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Assim sendo, levamos em consideração dos Parlamentares a presente matéria, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não há oradores para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente.

Passa-se ao horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Banco do Estado do Paraná, deficitário no primeiro semestre da administração atual, diz que para conter despesas é necessário demitir trabalhadores.

Por outro lado, apesar de deficitário, com problemas sérios na sua administração, libera, através da circular normativa de nº 6044, uma linha de crédito especial com juros subsidiados.

Essa linha de crédito especial é

para os Senhores Magistrados e com a intenção de que a partir desta linha de crédito possa aumentar o volume de depósito de poupança judicial.

Nós do Partido dos Trabalhadores, condenamos os juros subsidiados pelo BANESTADO. Essa linha de crédito no valor operacional de 450 mil com taxa de 26% de juro ao mês, mais o IOF, quando hoje nós temos um juro de 45% aproximadamente no crédito normal. O do cheque especial chega a mais de 46% ao mês.

Diz que essa linha é criada no sentido de favorecer depósitos no BANESTADO. Nós entendemos que depósito no BANESTADO, qualquer poupança judicial que seja fruto de qualquer demanda judicial, isso é de decisão da consciência política de cada um dos Senhores Magistrados e não deve ser resultado de favorecimento pessoal em função dos depósitos e é essa a política do BANESTADO. Essa circular partiu da Diretoria de Crédito Comercial, cujo Diretor é o Senhor Armando Falati, ele orienta um crédito com subsídios do dinheiro do BANESTADO, do dinheiro da população paranaense. Quando nós sabemos que até mesmo os funcionários do BANESTADO, se desejarem algum empréstimo, cobra-se deles 32%. Portanto, bem acima dos 26, oferecido nessa linha de crédito. Cobramos responsabilidade do Senhor Governador e da Direção do BANESTADO para que todos tenham o mesmo tratamento e não um tratamento diferenciado como está sendo feito. São os juros subsidiados, são os subsídios para empreiteiras, são o pagamento de empresários falidos que eleva os prejuízos do BANESTADO e isso tudo é reflexo da má administração que aquele banco vem sendo submetido. Nós cobramos o fim do subsídio a qualquer tipo de empréstimo e que todos os cidadãos paranaenses sejam tratados com igualdade, nas mesmas condições perante aquela instituição bancária, porque senão vai continuar a dar os prejuízos, vai continuar o Tesouro do Estado a pagar, como vem sendo feito, por ser fiador das questões do BADEP.

Essa é a nossa posição, a de fim de qualquer subsídio como essa linha de crédito especial para os Senhores Magistrados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passa-se à ORDEM DO DIA.

O SR. EDSON SILVA LINO - Gostaria de registrar a presença das lideranças políticas de Ourilândia: Vereador José Marques, Vereador Basílico Rocha de Souza, Senhor Ernesto Paixão e o Senhor Osmar Alves de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devida-

mente registrado.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 190/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 27 do corrente mês, em função de atividades da Comissão Especial no Município de Pinhão.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 191/91, subscrito pelo Senhor Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 28 do corrente mês, em virtude de participação no I Congresso do Partido dos Trabalhadores, no Município de São Bernardo do Campo.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 075/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 075/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, que ratifica os termos do acordo que extingue o litígio constante nos autos de Ação Ordinária nº 8874/90, firmado perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (em regime de liquidação extrajudicial). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.E. e C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que implanta o ensino de 5ª a 8ª séries na Escola Estadual Florinda

Aparecida, no Município de Iporã. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 076/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área em que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Ourilândia, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que denomina "Rodovia Máximo Jamur", a Rodovia Estadual PR-412, no trecho Paraná. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 144, de 04.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 497/91

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade denominar a Rodovia Estadual PR-412, no trecho Paraná, de "RODOVIA MÁXIMO JAMUR".

O Projeto de Lei, está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 497/91

PARECER:

Tem por escopo o presente Projeto de Lei, de autoria do ínclito Deputado Lourenço Fregonese, denominar a Rodovia Estadual PR-412, no trecho Paraná, de "RODOVIA MÁXIMO JAMUR".

Após as devidas análises, inclusive do ponto de vista legal, entendemos não haver óbice, quanto à sua tramitação regular nesta conceituada Casa de Leis.

Neste sentido, declinamos pelo parecer favorável, quanto à sua aprovação.

E o nosso parecer.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

Curitiba, quinta, em 28.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano ALAJEL, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 151, de 18.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 522/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano - ALAJEL, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende às especificações contidas na Lei nº 6995, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que concede um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) no mês de novembro do corrente ano, aos servidores e serventuários ativos e inativos do Tribunal de Justiça. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 532/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Aos servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário, inclusive os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, fica concedido um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), no mês de novembro do corrente ano.

Art. 2º - O valor do abono referido no

artigo anterior, não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 532/91

PARECER:

Em análise à matéria em questão, somos de parecer favorável, pois não há óbices para sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
EMÍLIA BELINATI
Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 532/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, visa conceder um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), no mês de novembro do corrente ano, aos servidores e serventuários ativos e inativos do Tribunal de Justiça.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por ser relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator

A Mesa marcou Sessão Extraordinária para apreciação em segunda discussão do Projeto de Resolução do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3215, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão ante-

rior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3219, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3243, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3242, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3244, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3248, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3243-A, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3247, de autoria dos Senhores Deputados João Arruda e Ademair Traiano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3245, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/91.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 163/91, 165/91, 389/91, 400/91, 422/91, 497/91, 522/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 62/91 e dos Projetos de Lei nºs 387/91 e 475/91.

Levanta-se a sessão.